

Romero acusado de escravizar índio

Federação dos índios contra Funai

A Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, posicionou-se contra a portaria nº 0520/88 da Funai, que considera o índio que fala português aculturado. Segundo Manuel Fernandes Moura, a avaliação da Funai "ameaça seriamente as tribos que já têm algum conhecimento, pois diante da Funai já perderam o direito de ser índio" (pág. 12).

O Brasil celebra o Centenário da Abolição da Escravatura e, ao mesmo tempo, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, baixa uma portaria cassando a indianidade, expropriando os índios de suas terras, decretando a escravidão do povo indígena, numa agressão aos direitos da pessoa humana:

Esta é a análise que a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro faz da Portaria nº 520/88 do presidente da Funai, que considera o índio que fala português aculturado. Não-índio. A avaliação que a Funai faz do índio com domínio da língua portuguesa, para as lideranças indígenas do Alto Rio Negro, "ameaça seriamente as tribos que já têm algum conhecimento, pois, diante da Funai, já perderam seu direito de ser índio".

Segundo o dirigente da União das Nações Indígenas no Amazonas, Manuel Fernandes Moura, o maior culpado pelo fato dos índios dominarem, ou pelo menos articularem algumas palavras em português, é a própria Funai. "Porque, se a gente não falar com eles na nossa língua, eles não entendem nada e nos obrigam a falar o português. O presidente da Funai não fala nenhum idioma indígena. O índio se esforça para falar português, e agora a Funai quer impor que índio que fala português não é mais índio", questiona Manuel Moura.

Para as lideranças indígenas, "a Funai está usando e abusando da sua autoridade, inventando mil e uma coisas para acabar com a raça". A portaria, reafirmam as lideranças, na verdade, pretende que as comunidades indígenas aprendam "tudo quanto é do branco". "Depois de aculturados, como eles bem entendem, passam a dizer que não somos mais índios. Nós estamos contra a portaria porque, mesmo que o índio fale português, nunca deixaremos de ser índio, assim como os brancos embora usem as pulseiras indígenas não deixam de ser brancos, nós também jamais deixaremos de ser índios. Nascemos índios e seremos índios até morrer".

As lideranças indígenas do Alto Rio Negro, em conjunto com a UNI e Associação de Mulheres do Alto Rio Negro, elaboraram uma carta de protesto que será enviada ao presidente José Sarney e outras lideranças políticas em Brasília, pedindo a eliminação da portaria baixada por Romero Jucá Filho.

Cotidiano

A abolição que não veio

Ana Célia Ossame
(da equipe do JC)

Uma história cotidiana de extermínio é a definição mais literal da existência dos índios no Amazonas e no País. Passados 100 anos da Abolição da Escravatura, a questão dos negros sai um pouco da literatura para dados concretos da pesquisa do IBGE que atestam o preconceito racial como diferenças salariais entre brancos e negros. Mas com os índios, a vulgar literatura de portarias e decretos oficiais confirma que a escravidão dos índios não pode comemorar 100 anos de lei, mas séculos de submissão e destruição.

No Brasil, há duas cidadanias distintas, a branca e a negra, e não há nenhum critério para a definição da "cidadania" indígena, já que eles perderam suas terras, sua cultura sob a violência incansável dos brancos. Na cidade, é fácil identificar as pessoas que têm ancestrais indígenas, pela cor, cabelos e pela qualidade de vida, a exemplo do que acontece com o negro. É fácil também perceber, como acontece com os de pele escura, a negação dos ancestrais, como se fosse algo definitivamente ruim. A cidade de Manaus, que antes era Manaus, já foi ocupada por índios, e hoje, mais de 1.200.000 habitantes sufocam a identidade indígena, sem parar nenhum momento para pensar na destruição da raça. Cidadãos manauaras, brasileiros e brasileiras esquecem o passado e não discutem as portarias e decretos que negam ao índio o direito à terra e à vida.

MOMENTO DECISIVO

Os descendentes de índios do Amazonas passam a fazer parte do maior grupo assalariado da cidade, como operários do Distrito Industrial, que montam máquinas e aparelhos elétricos. Vivem mal, em péssimas condições financeiras e culturais e não podem sequer admitir a identidade que através de portarias e decretos da Fundação Nacional do Índio (Funai) estão sendo exterminados. Hoje, são apenas 60 mil índios no Amazonas, que, de acordo com a Funai, não são mais representantes daqueles que ocuparam, pela primeira vez, o solo brasileiro. Passam a ser uma lenda, como a que fala do índio Ajuricaba, o bravo guerreiro indígena que morreu sob a força dos portugueses, lutando pelas suas terras.

A história de Ajuricaba se repete diariamente com as nações indígenas que conseguem sobreviver, mas com um outro roteiro. Eles



Índia dessana

morrem sem chances de lutar contra as mineradoras, os posseiros e garimpeiros e os decretos e portarias da Funai, que saem como metralhadoras giratórias, explodindo suas mínimas chances de sobrevivência. Na Constituinte, que está elaborando as novas leis do País, a velha história se repete, quando um projeto assegura que os índios em "elevado grau de aculturação", não são mais índios, mas, simplesmente brasileiros e brasileiras, com todas as desvantagens — peso máximo para esses cidadãos.

O extermínio que antes era simplesmente o físico, agora é também cultural, já que as leis não podem ser comemoradas, mas lamentadas. Os índios, que foram escravizados pelos portugueses, não podem comemorar 100 anos de Abolição, como os negros, que continuam abolidos dos direitos comuns a todos. O primeiro direito de uma pessoa, que é a vida, não é possível graças a decretos e portarias da Funai. Enquanto a educação brasileira nos ensina que é vergonha ter descendentes indígenas, esquece de esclarecer que mais vergonhoso é não respeitar a vida de brasileiros e brasileiras que não preferem acabar como operários do Distrito Industrial, produzindo máquinas e aparelhos, mas fundamentalmente ser respeitados como gente.